

5552



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA MERCOSUL

Pelo presente instrumento particular, COMPANHIA ENERGÉTICA MERCOSUL, companhia aberta, com sede na Rua do Ouvidor n.º 97, 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no C.G.C./M.F. sob o n.º 02.201.268/0001-17, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada EMISSORA, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no C.G.C./M.F. sob o n.º 36.113.876/0001-91, com sede na Av. das Américas n.º 1.155 - Gr. 1.301 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada AGENTE FIDUCIÁRIO, vêm celebrar a presente escritura de 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada 23 de outubro de 1998.

II - DOS REQUISITOS DE ARQUIVAMENTO E REGISTRO

1. ARQUIVAMENTO DA ATA QUE DELIBEROU SOBRE A EMISSÃO

A Ata da Assembléia Geral que autorizou o presente Instrumento será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e publicada na forma estabelecida na Escritura de emissão de debêntures.

2. REGISTRO DA ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme Lei de Registros Públicos.

3. REGISTRO DA EMISSÃO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis n.º 6.385, de 07/12/1976 e n.º 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

III - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características :

1) MONTANTE DA EMISSÃO

A emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na data da emissão.

Handwritten signatures and initials.



2) QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão.

3) SÉRIES

A emissão será realizada em série única.

4) DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 01 de abril de 1998.

5) DATA DE VENCIMENTO

As debêntures terão vencimento em 01 de julho de 2013.

6) FORMA E CONVERSIBILIDADE

As debêntures serão nominativas e não conversíveis em ações.

7) ESPÉCIE E GARANTIA

As debêntures serão da espécie subordinada, na forma prevista no artigo 58, da Lei n.º 6.404/76.

8) ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor nominal das debêntures da presente emissão não terá atualização monetária.

9) PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA

Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição das debêntures no mercado, referido no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13/80, de modo que as Instituições participantes da presente emissão, efetuarão a colocação de seus respectivos lotes, mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos.

10) NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 56/88;



11) PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

12) AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado, debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal acrescido dos rendimentos a que fizerem jus, conforme definido nesta escritura e observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei n.º 6.404, de 15.12.76.. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem novamente colocadas no mercado.

13) LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP

14) PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Todo vencimento de obrigações que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive bancários, será para todos efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e iniciando-se também dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos das debêntures.

15) JUROS DE MORA

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0 % (um por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios, tal como estabelecido neste instrumento, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo do item 17 abaixo.

16) DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo do disposto no item 15 acima, na hipótese de o debenturista não poder ser atendido pelos procedimentos adotado pela CETIP, mencionado no item 13, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros ou prêmio, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



17) VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas as debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA das debêntures em circulação, do valor nominal acrescido de juros calculados e da remuneração calculada “pró rata temporis” até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item 18.1, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) Liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- d) Falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA, prevista nesta escritura de emissão;
- f) Pelo não cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS E CONTRATO DE FINANCIAMENTO OBJETIVANDO A APOLAR EMPREENDIMENTO DO UHE DE CANA BRAVA, a ser firmado entre a Emissora e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

18) JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures serão remuneradas, a partir da data de emissão, com juros remuneratórios de 4,0% (quatro inteiros por cento) ao ano, “spread”, acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, observada a seguinte sistemática:

18.1) Quando a TJLP for superior a 6%(seis inteiros por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP que vier a exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal, diariamente a partir da data da emissão das debêntures e no seu vencimento ou liquidação e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1+TJLP)/1,06]^{n/360} - 1, \text{ onde:}$$

TC = Termo de capitalização;



TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor das debêntures.

b) O percentual de 4,0% (quatro inteiros por cento) ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP variável ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, "spread", referido no item 18.1 acima, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis inteiros por cento) ao ano, incidirá sobre o valor nominal acrescido da parcela capitalizada da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no item 18.4 abaixo ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, observado o item 18.1, alínea "a" acima, e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade de juros.

18.2) Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis inteiros por cento) ao ano:

O percentual de 4,0% (quatro inteiros por cento) ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP variável ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, "spread", referido no item 18.1 acima, acrescido da própria Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, incidirá sobre o valor nominal, nas datas de exigibilidade dos juros mencionados no item 18.4 abaixo ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

18.3) O montante referido no item 18.1, alínea "a" acima, que será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures, será exigível juntamente com as parcelas da amortização mencionadas no item 19, vencendo-se a última parcela no vencimento final das debêntures, em 01 de abril de 2013, no vencimento antecipado, aquisição ou resgate facultativo e no vencimento final das debêntures;

18.4) O montante apurado nos termos do item 18.1, alínea "b" acima ou no item 18.2 acima, será exigível, a partir do pagamento da primeira parcela de juros, em 01 de outubro de 2003 semestralmente, juntamente com as parcelas da amortização mencionadas no item 19, vencendo-se a última parcela no vencimento final das debêntures, em 01 de abril de 2013, no vencimento antecipado, aquisição ou resgate facultativo e no vencimento final das debêntures;

18.5) Todo vencimento de obrigações que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos das debêntures.

18.6) A EMISSORA pagará "pró rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de resgate facultativo, nas aquisições facultativas e no vencimento antecipado das debêntures.



19) AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

As debêntures serão amortizadas, nas datas definidas na tabela a seguir, sendo o valor de cada uma das parcelas de amortização, o percentual correspondente da tabela, aplicado sobre o valor nominal das debêntures na data de emissão, acrescida pela aplicação cumulativa e sucessiva do Termo de Capitalização (TC) expressado na alínea "a", item 18.1 acima.

DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL À AMORTIZAR
01/10/2003	5,00%
01/04/2004	5,00%
01/10/2004	5,00%
01/04/2005	5,00%
01/10/2005	5,00%
01/04/2006	5,00%
01/10/2006	5,00%
01/04/2007	5,00%
01/10/2007	5,00%
01/04/2008	5,00%

DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL À AMORTIZAR
01/10/2008	5,00%
01/04/2009	5,00%
01/10/2009	5,00%
01/04/2010	5,00%
01/10/2010	5,00%
01/04/2011	5,00%
01/10/2011	5,00%
01/04/2012	5,00%
01/10/2012	5,00%
01/04/2013	5,00%

20) PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O Preço de subscrição das debêntures será correspondente ao seu valor nominal, acrescido da aplicação cumulativa e sucessiva do Termo de Capitalização apresentado no item 18.1 acima e Juros nos termos do item 18, ambos calculados "pró rata temporis", desde a data da emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

A subscrição e integralização das debêntures será realizada conforme previsto no CONTRATO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS, firmado entre a Emissora e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em moeda corrente nacional.

21) RESGATE FACULTATIVO:

As debêntures objeto desta emissão, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial. O resgate parcial, mediante sorteio, será de pelo menos 10,0% (dez inteiros por cento) (dez por cento) do total da dívida existente na época do referido resgate, com os juros normalmente devidos até aquela data, os quais serão pagos por ocasião da efetivação do resgate.

IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:



1) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

1.2) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social;

1.3) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;

1.4) as informações pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;

1.5) na mesma da publicação os atos e decisões referidos no item 11 da cláusula 3;

1.6) manter apólice de seguro de operação do empreendimento, até o dia 01/07/2013;

2) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

3) manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas, ao menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei n.º 6.404/76.

4) manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que preste este serviço.

5) pagar ao debenturista prioritariamente à distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório;

6) não criar ou permitir qualquer gravame em percentual superior a 30,0% (trinta inteiros por cento) sobre todas e quais quer receitas e ativos da Emissora sem prévia autorização dos debenturistas.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta escritura, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º



da Lei no. 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;

b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;

c) Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições e anexos, aceitação essa que se traduz pela aposição da rubrica dos representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO;

d) Estar ciente da Circular n.º 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil;

A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.

2. Remuneração

Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

Parcelas anuais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devidas a primeira na data da assinatura da escritura de emissão e as demais no primeiro dia útil do mesmo mês da data da assinatura da escritura de emissão;

A título de implantação do serviço, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pago 2 (dois) dias após o "de acordo" com a proposta de serviço;

Parcelas de R\$ 1.500,00 (um mil reais) para: (i) cada AGD ou reunião formal de debenturistas, ou (ii) para cada reunião com a Emissora que seja por ela solicitada, devida na data da realização da AGD ou reunião, acrescida do valor de R\$ 100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na AGD ou na reunião, até que seja registrado o aditamento à escritura de emissão no cartório de Registro de Imóveis, se for o caso.

As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou pelo Avalista/Fiador se houver).

As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/11/98 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pró-rata" dia se necessário.

As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão

incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.



Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 10 % e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;

As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.”

3. Substituição

As condições de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO serão as previstas nos artigos 1º a 6º da Instrução CVM n.º 28/83 e disposições contidas nos artigos 66 e 67 da Lei n.º 6.404/76.

4. Deveres e Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

Os deveres do Agente Fiduciário são os previstos no artigo 68 da Lei n.º 6.404/76 e artigo 12 da Instrução CVM n.º 28/83.

5. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas efetivamente indispensáveis em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

a) Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;



b) Extração de certidões;

c) Locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VI - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

À Assembléia de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei n.º 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas que representem metade no mínimo das debêntures em circulação.

VII - DO FORO

O Foro da presente Escritura será o da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1998.

EMISSORA:

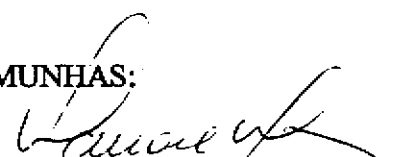

COMPANHIA ENERGÉTICA MERCOSUL

AGENTE FIDUCIÁRIO:



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

TESTEMUNHAS:

1a.:


Nome: MANOEL EDUARDO BOUZIN DE ALMEIDA
CPF: 269006377-81

2a.:


Nome: CARLA ANDREA DA SILVA
CPF: 915905907-91

PESSOAS